

Público infantojuvenil: orientações dos professores sobre o uso da internet

Gláucia Silva Bierwagen

Introdução

Vivemos em uma sociedade contemporânea que está em constante transformação em suas relações sociais, culturais, econômicas, e está bastante conectada em rede, dependente das tecnologias de informação e comunicação (TICs)¹. Paradoxalmente, encontramos intolerâncias diversas, individualismo, poucos avanços no desenvolvimento social, econômico e resolução de conflitos mundiais. (BAUMAN, 2007; CASTELLS, 2001; MORIN, 2011).

1 Para desenvolvermos este artigo entendemos que do ponto de vista tecnológico as tecnologias de informação e comunicação (TICs) são consideradas o rádio, a televisão, fotografias, filmes, computadores, internet com sua rede de hipertextos, *e-mails*, mensagens instantâneas, fóruns, *blogs*, *podcasting*, *streaming* e *webcasting*, só para citar algumas (RODRIGUES; COLESANTI, 2008).

Neste cenário, encontramos o público infantojuvenil que está cercado por discursos protecionistas e reducionistas de que: são frágeis, inocentes e precisam ser protegidos. No que tange ao uso de TICs, são proibidos de se exporem, acessar internet pois não sabem bloquear acessos indevidos e portanto precisam da mediação constante dos pais e educadores. Por outro lado, há outro discurso vigente: por serem nativos digitais são usuários ativos, dinâmicos, consumidores, uma geração que possui muitas habilidades e aprende sozinha.

Os dados do Comitê Gestor Internacional (2016, CGI.br)² sobre o uso da internet por crianças e adolescentes (9 a 17 anos) no Brasil revela que 84% dessa faixa etária usam a internet diariamente. O percentual das crianças e adolescentes que conectam a internet em seus domicílios é de (83%), ao passo que somente (32%) acessam na escola. Dentre as atividades que os mesmos realizam na internet temos como destaque: (84%) das meninas e (75%) dos meninos pesquisaram coisas para fazer trabalhos escolares; (80%) das meninas e (78%) dos meninos usaram redes sociais; (70%) das meninas e (81%) dos meninos baixaram aplicativos; (67%) das meninas e (69%) dos meninos pesquisaram coisas por vontade própria; (59%) das meninas e (60%) dos meninos ouviram música on-line; (58%) das meninas e (68%) dos meninos assistiram vídeos, filmes ou séries *on-line*. Com relação as configurações de privacidade e informações compartilhadas em redes sociais, cerca de (49%) que possuíam perfil em rede social o configurou como público e somente (33%) configurou como privado; 75% destes usuários

2 Para compor os dados acima citados, explicando a pesquisa de maneira bem simplificada, por meio de uma metodologia específica, utilizou-se como amostra cerca de 3000 mil crianças e adolescentes entre 9 a 17 anos, além de pais e responsáveis, dentre 350 municípios brasileiros, nas classes sociais AB, C, D/E. Maiores informações encontram-se disponíveis em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_KIDS_ONLINE_2016_Livro-Eletronico.pdf>. Acesso em dez. 2017.

revelavam o sobrenome nas redes sociais. Dentre as habilidades para o uso da internet temos como destaque que: (90%) consegue salvar fotos que encontra na internet, (69%) consegue verificar se uma informação na internet está correta; (89%) consegue escolher uma palavra para encontrar algo. Outro dado relevante é que (24%) destas crianças e jovens declararam sofrer algum tipo de discriminação.

Portanto, a internet tem proporcionado busca de informações, distribuição do conhecimento, “navegação por novos mundos, proposto fazer novas amizades a esse público, mas com o amplo uso torna-se necessário ampliar a “ênfase na literacidade crítica das mídias e da informação,” (LIVINGSTONE, 2011), pois as crianças e jovens ainda encontram desafios para lidar com informações pessoais na internet e situações que envolvem discriminação.

Diante disso, qual seria o papel da escola na formação de crianças e jovens com relação ao uso da internet? Quais dos discursos apontados anteriormente deveriam apoiar ou não as práticas educativas?

Neste artigo trataremos quais são as concepções do público infantojuvenil sobre o papel da escola/professor como orientadores no uso que podem fazer da internet. Para isso dispomos da base de pesquisa do Comitê Gestor da Internet (CGI.br), *TIC Kids online*, sobre o que pensam crianças e jovens sobre o tipo de orientação que deveriam receber dos educadores em 2015 acerca do uso da internet e uma pesquisa realizada com as próprias crianças e jovens em uma escola no município de São Paulo sobre o uso da internet nesta escola, buscaremos compreender quais caminhos devemos refletir e possivelmente seguir.

Pensando e propondo a pesquisa

Para Lopes (2010, p. 103) os métodos utilizados para realizar uma pesquisa “não são simples instrumentos ou meios”, mas “cristalizações de

enunciados teóricos que permitirão ou não revelar aspectos e relações fundamentais no objeto estudado”. Para a escolha dos métodos de pesquisa existe uma relação importante com as bases teóricas.

Intuitivamente, a ideia de investigar como o público infantojuvenil vê as orientações dos professores em suas escolas surgiu diante das inquietações expostas no início do texto, mas também da vivência da elaboradora deste artigo, que observou situações no cotidiano escolar em que alguns adolescentes sofreram *cyberbullying*, em acessos de *sites* da internet visto como inapropriados pela comunidade escolar.

Inicialmente, a investigação focou-se na revisão básica da literatura sobre “literacias de mídia e informação, o público infantojuvenil, perspectiva da educomunicação” (a partir da bibliografia, das discussões em sala de aula da disciplina *Educomunicação e cultura infantojuvenil: do convívio com a mídia ao protagonismo crítico na cibercultura*), visando ter subsídios teóricos para refletir sobre qual é o papel da escola na orientação do uso da internet.

Após esta primeira fase referente ao levantamento bibliográfico, pesquisou-se no material *TIC Kids online* (2016), produzido pelo Comitê Gestor para internet no Brasil, quais foram as orientações dadas pelos professores para seus alunos sobre o uso da internet.

A seguir, com base nas mesmas questões usadas para entrevistar as crianças no material *TIC Kids online* (2016), elaborou-se uma entrevista-questionário por meio de um formulário *Google* e aplicou-se em aulas aos alunos. A população-alvo foi constituída de 89 alunos da Escola Desembargador Amorim Lima. As respostas às entrevistas estão registradas no formulário *Google*. A análise crítica sobre as concepções dos alunos buscou situá-las frente às concepções encontradas na bibliografia acima explicitada e buscando discussões sobre quais poderiam ser os possíveis prolongamentos desta investigação.

Literacias de Mídia e Informação

O termo “literacia” tem sido empregado como uma tradução literal do inglês *literacy*³. Geralmente, associado a outros conceitos como literacias digitais e literacias de mídia e informação. Nas áreas de Comunicação e Educação, esses conceitos têm sido usados para indicar habilidades desenvolvidas pelos sujeitos expostos às mídias, informações e tecnologias. Para Passarelli (2010, p. 73) os letrados digitalmente tem habilidades de “ler, escrever, interagir, comunicar-se por meio da linguagem de multimídia, reconhecendo as práticas sociais e gêneros textuais que envolvem cada elemento dessa interface”. Já a literacia informacional, segundo Passarelli (2010, p. 74) “engloba tanto o conhecimento dos recursos informacionais e a habilidade de identificá-los, localizá-los, avaliá-los, organizá-los, quanto o poder de recriar problemas.”

Segundo Livingstone (2011) a literacidade crítica das mídias e da informação refere-se a “busca de informações, a navegação, seleção de informações, avaliação de relevância, avaliação das fontes, julgamento da confiabilidade, identificação de erros” do que se encontra na internet. Segundo a autora “a tecnologia é complexa e mutante” e isso demanda do usuário capacidades interpretativas diferentes. Para ela a literacidade crítica das mídias requer um complexo suporte educacional, engajamento democrático da sociedade e uma cultura rica e diversificada.

3 Na área de Educação, a tradução para o português da palavra inglesa *literacy - the condition of being literate*, está associada a palavra *literate*, que por sua vez, significa “*educated; especially able to read and write*”, ou seja educado, especificamente, que tem a habilidade de ler e escrever. O estado ou condição daquele é *literate* (letrado) é aquele que não sabe somente ler e escrever, mas também faz uso competente e frequente da leitura e escrita (SOARES, 2003).

O documento da Unesco (2013) mostra-nos que os educadores, devem ter uma ampla formação para o letramento midiático e informacional (MIL) para que seja possível realizar processos de ensino que contemplem o estímulo e a interpretação de textos midiáticos, além de uma compreensão de que estes não são representações exatas da sociedade, mas elaborações que têm por objetivo direcionar ideologias e identidades.

Desta forma, é importante considerar a literacidade crítica da mídia e informacional tanto de professores como a dos alunos como aspectos importantes para a formação e atuação cidadã.

A perspectiva da educomunicação e o público infantojuvenil

A partir de princípios filosóficos da obra de Paulo Freire e obras de diversos autores latinoamericanos – Ismar Soares, Adilson Citelli, Guilherme Orozco-Gomes, Mario Káplun, Jesus Martín-Barbero, dentre outros - o referencial teórico da educomunicação vislumbra uma concepção de educação que auxilia aos indivíduos envolvidos a se tornarem sujeitos protagonistas em seus processo de ensino e aprendizagem, além de transformadores da própria realidade social.

Segundo Freire (1986, 1998), para o desenvolvimento do protagonismo dos atores envolvidos existe a forte necessidade de estimular dentro das escolas uma *educação dialógica* que estimule o pensamento crítico. Mas, para ele, para a substituição do pensamento ingênuo por um pensamento crítico seria necessário o diálogo, conforme seus argumentos:

Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade[...] Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático[...] opõe-se ao pensar ingênuo, que vê o tempo como um peso[...]

Para o pensar ingênuo, o importante é a acomodação a este hoje normalizado. Para o crítico, a transformação permanente da realidade, para a permanente humanização dos homens[...] somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz também de gerá-lo[...] Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação[...]” (FREIRE, 1987, p.82).

Dentro desta concepção, cabe aos educadores estimular uma educação baseada no diálogo problematizador para que o aluno seja ativo e participativo em seu processo de ensino e aprendizagem.

O professor também precisa ser protagonista, ou seja, deve ter condição de dialogar com seus alunos e a comunidade a que pertence, tendo a preocupação de buscar uma ação, um pensamento crítico e não de mero reproduzidor. Desta maneira, existe a necessidade de mudar o ambiente do professor e as condições de ensino, para que o mesmo tenha condições de participar na elaboração de novos currículos (que inclua a linguagem do aluno, os saberes presente nas comunidades escolares). Como a escola não é mais espaço privilegiado de aprendizagem, pois há uma ampla gama de saberes que circulem por outros canais como a internet, televisão, rádios, por exemplo (MARTÍN-BARBERO, 2006); o professor, a escola e a nossa sociedade devem estar sensíveis à essas mudanças. Neste sentido, os estudos da educomunicação podem contribuir para a realização desta mudança. O professor Ismar Soares explica a educomunicação como um ecossistema comunicativo que permeia um “conjunto de ações que permitem que educadores, comunicadores e que outros agentes promovam e ampliem as relações de comunicação entre as pessoas que compõem a comunidade educativa” (SOARES, 2011). Isso nos dá caminhos para que haja diálogo entre professores e a comunidade, respeito ao pensamento do aluno, a reflexão sobre seu papel e transformação do currículo.

A educomunicação sugere um amplo diálogo com toda a comunidade educativa para que as práticas educativas sejam reorientadas. No caso das TICs, propõe que o processo educativo possa ir além do estudo e habilidades funcionais-técnicas das tecnologias digitais de comunicação e informação, ou seja, propõe utilizá-las como meio de transformação da vida social, política, estética, um meio para constituição do cidadão conforme a Lei de Diretrizes e Bases também indica-o, mediante a necessidade da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade (BRASIL, 1996, art. 32). A educomunicação contribui para modificar o olhar do professor com relação à inserção das tecnologias digitais de informação em suas práticas escolares, pois a mesma defende que:

o lugar das tecnologias na escola, ...deve ser aquele voltado para o interesse de uma educação anteriormente definida como emancipadora, capaz de facultar autonomia de pesquisa, e, sobretudo, reconhecimento do sujeito no mundo. (CITELLI, 2011, p.80, grifo da autora).

A inserção das tecnologias na escola deve ter uma concepção de educação emancipadora por trás. Dentro de uma visão emancipadora de educação, a visão de aluno também necessita estar pautada em um olhar diferente. É necessário não vê-lo mais como dependente da família e da escola na tomada de decisões. Castro (2001) auxilia-nos a compreender essa fase na sociedade contemporânea, não como uma fase "imatura" e desenvolvimentista, mas como uma fase em que há uma "ação [própria] da criança" que "marca uma singularidade frente ao adulto". Para ela as crianças e os jovens são "atores que aprendem e convivem [em situações presentes] a partir de modos de inserção social da família e da escola".

Os princípios da educomunicação possibilitam torna os atores do espaço educativo protagonistas e, especialmente, crianças e jovens que na sociedade atual assumem cada vez mais papéis significativos e com voz ativa. A pesquisa a seguir demonstra isso, elevando as respostas dadas das crianças e adolescentes.

A pesquisa TIC Kids online: orientação recebida por professores sobre o uso da internet.

No gráfico a seguir, apresentamos os dados de crianças e adolescentes por tipo de orientação recebida dos professores sobre o uso da internet na escola, conforme pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da internet (CGI.br).

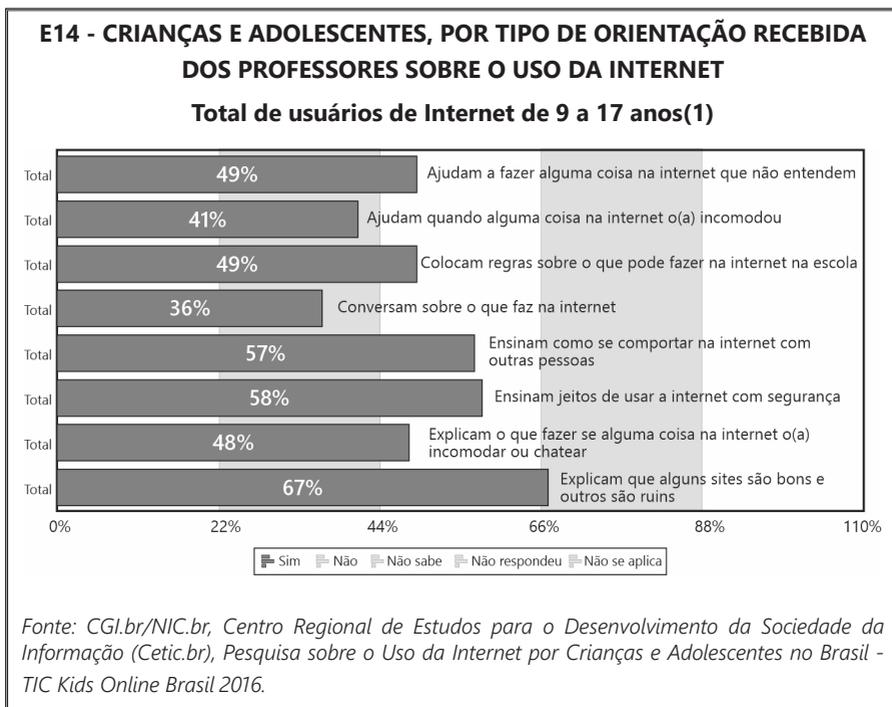


Figura 1 – Proporção de crianças e adolescentes, por tipo de orientação recebida sobre o uso na internet.

Como observamos acima, por meio da fonte de dados do Comitê Gestor da Internet (CGI) tivemos como respostas positivas dadas pelas crianças e adolescentes que, com relação ao tipo de orientação recebida pelos professores sobre o uso da internet na escola, destacou-se: (67%) explicam que alguns *sites* são bons e que outros são ruins; (58%) ensinam jeitos de usar internet com segurança; (57%) ensinam como se comportar na internet com outras pessoas; (49%) colocaram regras sobre o que pode fazer na internet da escola; (48%) explicam o que fazer se alguma coisa na internet incomodar; (49%) ajudaram a fazer alguma coisa na internet que não entendem; (41%) ajudam quando alguma coisa na internet chateou ou incomodou e (36%) conversam sobre a internet.

Essa pesquisa mostra que muitos professores estão preocupados em indicar aos seus alunos quais são os sites que são bons e os que são ruins (67%), mas ainda pouco se conversa com as crianças e jovens sobre o que se faz na internet (36%).

Discussões sobre a pesquisa na Escola Municipal Desembargador Amorim Lima

A partir da pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet, realizamos uma pesquisa na escola Desembargador Amorim Lima,, com as mesmas questões da pesquisa *TIC Kids Online* acerca da orientação dada pelos professores sobre o uso da internet na escola: *explicam que alguns sites são bons e que outros são ruins; ensinam jeitos de usar internet com segurança; ensinam como se comportar na internet com outras pessoas; colocaram regras sobre o que pode fazer na internet da escola; explicam o que fazer se alguma coisa na internet incomodar; ajudaram a fazer alguma coisa na internet que não entende; ajudam quando alguma coisa na internet chateou ou incomodou e conversam sobre a internet.*

A escola Desembargador Amorim Lima⁴, localizada na região oeste da capital de São Paulo, tem um projeto inspirado na Escola da Ponte em Portugal, que tem proposta pedagógica de privilegiar uma formação para autonomia, consciência e uso crítico de diferentes linguagens, fontes de informações e recursos tecnológicos. Para o desenvolvimento do projeto da escola Amorim Lima foram elaborados roteiros temáticos de pesquisa com base nos livros didáticos, parâmetros curriculares, base nacional comum curricular e orientações curriculares municipais. A arquitetura escolar foi modificada construindo-se salões de aulas. Sendo um deles é destinado às turmas de alfabetização (2º anos), agrupados em grupos de 4 a 5 alunos; um segundo salão, turmas de 3º, 4º e 5º anos (as crianças também estão agrupadas em grupos de 4 a 5 alunos); e um terceiro salão dedicados às turmas de 6º ao 9º anos (agrupados em grupos de 5 alunos). Tem o sistema de tutoria em que um grupo menor (cerca de 20 alunos) são monitorados e orientados por um tutor. Além dos horários dedicados aos roteiros de pesquisa, os alunos de todos os anos escolares têm oficinas de Matemática, Inglês, Leitura e Escrita, Artes e Educação Física. Todos os dias os alunos têm rodas de conversa com os educadores durante meia hora.

Primeiramente, foram realizadas rodas de conversa sobre o uso da internet na escola. Nestas rodas teve a participação de cerca de 89 alunos entre 9 e 12 anos. A seguir, incentivamos os alunos a responderem a entrevista-questionário do formulário *Google* em um *tablet* dado a cada aluno(a) conforme a figura abaixo.

4 <http://amorimlima.org.br/institucional/projeto-politico-pedagogico/> Projeto Político Pedagógico: <https://drive.google.com/drive/folders/0B-2THpy-rATR9bIU3X2Q3b2xQUtg?tid=0B2THpy-rATR9M3dWNUJPOVdBU2s>

Proporção de crianças e adolescentes, por tipo de orientação recebida sobre o uso na internet na escola Desembargador Amorim Lima

Pesquisa sobre a opinião dos alunos acerca da orientação dos professores

*Obrigatório

Ajudam quando alguma coisa na internet chateou ou incomodou.*

Sim

Não

Ajudam quando alguma coisa na internet chatou ou incomodou.*

Sim

Não

Colocaram regras sobre o que pode fazer na internet da escola.*

Fonte: elaborada pela autora. Link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe-QiWki3H7kPc6KHlt0oP9zsdZmBbuFU4rPlvGJsUq2n3liag/viewform?c=0&w=1>

Figura 2 – Questionário acerca do tipo de orientação recebida sobre o uso na internet na escola Desembargador Amorim Lima.

A partir das respostas dadas pelos alunos(as) tivemos as seguintes respostas positivas, conforme a tabela a seguir.

Orientação dos professores	Respostas positivas
Ajudam quando alguma coisa na internet chateou ou incomodou	21
Ajudaram a fazer alguma coisa na internet que não entende	79
Colocaram regras sobre o que pode fazer na internet da escola	35
Conversam sobre o que fazem na internet	12
Ensinam como se comportam na internet com outras pessoas	43
Ensinam jeitos de usar a internet com segurança	21
Explicam o que fazer se alguma coisa na internet incomodar	37
Explicam que alguns sites são bons e outros são ruins	53

Fonte: elaborada pela autora.

Figura 3 – Proporção de crianças e adolescentes, por tipo de orientação recebida sobre o uso na internet na escola Desembargador Amorim Lima.

Notamos que 79 crianças e adolescentes responderam que os professores ajudaram a fazer alguma coisa na internet que não entendiam. Esse dado é bastante relevante pois a prática pedagógica da escola nos percursos de pesquisa são muito importantes e realizadas pelos alunos e professores. Por outro lado, alguns dados precisam receber mais atenção, pois somente 12 crianças e adolescentes responderam que os professores conversam com eles sobre o que fazem na internet, 21 crianças e adolescentes responderam que os professores os ajudaram quando alguma coisa na internet chateou ou incomodou, 21 crianças e adolescentes disseram que os professores ensinaram jeitos de usar a internet com segurança. Esses dados demonstram que é necessário mais diálogo com os estudantes sobre o que os mesmos fazem na internet, além de orientá-los sobre o que fazer na internet.

Algumas considerações

Este artigo aponta que a escola tem um importante papel na formação de crianças e jovens com relação ao uso da tecnologias de informação e comunicação e, especialmente da internet. Conforme exposto, as crianças e jovens não são meros seres em desenvolvimento (não devendo ser super protegidos ou mesmo serem tratados como quem sabem de tudo), mas que já possuem habilidades, modos, pensamentos, reflexões que os tornam pessoas capazes de serem protagonistas em seu processo de aprendizagem e construção de cidadania. Neste sentido, os professores e a escola, devem estar atentos em promover o diálogo com os mesmos, buscando sempre, segundo Freire (1998), respeitar os seus saberes, sua “bagagem cultural”, a interação com outros, o lidar com o conflito, a cooperação.

Os alunos em suas respostas pelos questionários, na escola Amorim Lima, demonstraram que os educadores ainda precisam ouvir mais seus alunos e também estar dispostos a conversar sobre certas questões “espinhosas” e difíceis. O caminho de construção de um ambiente escolar com ações pautadas em preceitos da educomunicação (educação dialógica, busca pela transformação da realidade, atores escolares protagonistas) pode ser um começo para atingir esses anseios.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed, 2007.

BRASIL. LDB: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> (último acesso em: 15 mar. 2020).

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CULTURA INFANTOJUVENIL NA PERSPECTIVA DA EDUCOMUNICAÇÃO

Público infantojuvenil: orientações dos professores sobre o uso da internet

CASTRO, Lucia R. *Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cidadania*. Editora NauFaperj: Rio de Janeiro, 2001.

CITELLI, Adilson O; COSTA, Maria Cristina C. (orgs). *Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento*. São Paulo : Paulinas, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo : Paz e Terra, 1998.

PASSARELLI, Brasilina. *Atores em rede: olhares luso-brasileiros*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

LIVINGSTONE, Sonia. *Internet Literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line*. In. *Revista Matrizes*. Ano 4. Ano. 2 – São Paulo: ECA/USP/: 2011. p 11-42.

LOPES, Maria Immacolata V. *Pesquisa em comunicação*. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *A comunicação na educação*. São Paulo, Contexto, 2014.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo : Cortez, 2011.

RODRIGUES, Gelze. S. S. C.; COLESANTI, Marlene T. M. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 20, p. 51-66, jun. 2008.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação*. São Paulo, Paulinas, 2011.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista brasileira de educação*. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>> (último acesso em: 3 jan. 2017).

TIC Kids Online Brasil [livro eletrônico] : pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil 2016 = ICT Kids Online Brazil : survey on Internet use by children in Brazil 2016 / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_KIDS_ONLINE_2016_LivroEletronico.pdf>. Acesso em 11 dez. 2017.

WILSON, Carolyn. *Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores* /Carolyn Wilson, Alton Grizzle, Ramon Tuazon, Kwame Akyempong e Chi-Kim Cheung. – Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

Sobre a autora

Gláucia Silva Bierwagen - Pesquisadora e doutoranda do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Mestre pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. É professora pela Prefeitura do município de São Paulo.